



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcel van Hattem)

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, acerca de pressões exercidas pelo Itamaraty junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para envio de servidores à Venezuela.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 § 2º da Constituição Federal e nos artigos 115 I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é obter esclarecimentos acerca de pressões exercidas pelo Itamaraty junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para envio de servidores à Venezuela.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o ministério reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

1. Qual foi o papel do Itamaraty na decisão do TSE de enviar servidores para acompanhar as eleições na Venezuela? Solicitamos detalhes sobre as comunicações entre o Itamaraty e o TSE acerca das eleições venezuelanas, incluindo ofícios, e-mails e registros de reuniões sobre o tema.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. Houve contato direto entre o Itamaraty e a Ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, para tratar do envio de servidores? Em caso afirmativo, solicitamos o envio das atas dessas reuniões, cópias de e-mails e outros documentos pertinentes.
3. Qual foi o conteúdo do convite enviado pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela ao Itamaraty e posteriormente encaminhado ao TSE? Solicitamos cópia integral do convite e do ofício enviado pelo Itamaraty ao TSE.
4. Quais razões levaram o Itamaraty a considerar o envio de servidores do TSE à Venezuela como necessário ou relevante? Detalhar os argumentos utilizados para justificar essa ação e se houve análise de risco associada à participação brasileira.
5. Quais foram as instruções e orientações dadas aos servidores do TSE que foram enviados à Venezuela? Solicitamos cópia das instruções e orientações formais dadas pelo Itamaraty aos servidores do TSE.
6. Qual é a posição oficial do Itamaraty em relação à conformidade do processo eleitoral venezuelano com padrões internacionais de transparência e justiça? Solicitamos o parecer técnico ou relatório que embasou a decisão de apoiar a presença do TSE na Venezuela.
7. Quais são as implicações diplomáticas esperadas pelo Itamaraty com a participação de servidores do TSE nas eleições venezuelanas? Solicitamos análise ou previsão de impactos na relação diplomática entre Brasil e Venezuela e com outros organismos internacionais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Reportagem do jornal O Globo¹ publicada em 23 de julho de 2024 afirma que o Itamaraty teria pressionado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a enviar servidores para acompanhar as eleições na Venezuela. Inicialmente, o TSE havia decidido não enviar representantes, mas teria mudado de postura após a troca de comando no tribunal. Esta alteração é atribuída pela matéria a pressões exercidas pelo Itamaraty, levantando preocupações sobre a independência e autonomia do TSE, bem como sobre a influência do governo brasileiro no processo eleitoral de outro país.

O envio de servidores brasileiros a um pleito estrangeiro, especialmente em um contexto político conturbado como o da Venezuela, envolve riscos e responsabilidades significativas. A presença de observadores pode ser interpretada como uma validação do processo eleitoral, impactando diretamente a percepção internacional sobre a legitimidade das eleições venezuelanas. Nesse sentido, é fundamental compreender os motivos e critérios que embasaram a decisão do Itamaraty, bem como as implicações diplomáticas dessa ação.

A transparência nas ações governamentais é um pilar essencial para a confiança da sociedade nas instituições. Questiona-se, portanto, a conformidade do Itamaraty com os princípios de transparência e imparcialidade ao influenciar a decisão do TSE. Além disso, a participação brasileira nas eleições venezuelanas, após o convite à União Europeia ter sido retirado, levanta suspeitas sobre a real motivação e as consequências dessa intervenção.

O esclarecimento dessas questões é vital para assegurar que as ações do Itamaraty estão alinhadas com os interesses democráticos e a política externa brasileira, respeitando a soberania dos países e a integridade das

¹ <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2024/07/governo-lula-pressionou-tse-a-enviar-servidores-para-eleicoes-na-venezuela.ghtml> Acesso em 23/07/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

nossas instituições. A obtenção dessas informações permitirá um escrutínio adequado

das ações governamentais, garantindo que a participação do Brasil em processos eleitorais estrangeiros seja conduzida com transparência, responsabilidade e respeito aos princípios democráticos.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos citados.

Sala das Sessões, em de julho de 2024.

Deputado Federal MARCEL VAN HATTEM

NOVO - RS





Requerimento de Informação **(Do Sr. Marcel van Hattem)**

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, acerca de pressões exercidas pelo Itamaraty junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para envio de servidores à Venezuela.

Assinaram eletronicamente o documento CD243362305500, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)

